



TABELA 7

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORADE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Controladoria Geral.

Unidade Gestora: *Fundo Municipal de Saúde.*

Gestor responsável: Amarildo Franskoviask

Exercício: 2019

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração *municipal* bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL



Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada
1.2.8	Medidas de Cobrança-Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Relatório de Controle das Contribuições Previdenciárias de Janeiro a dezembro de 2019, FONTE ÁGUA BRANCA PREV.	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Soma total dos meses DE JANEIRO A NOVEMBRO 606.576,14 A CONTRIBUIÇÃO DO MÊS DE DEZEMBRO NÃO FOI RECOLHIDA E O VALOR QUE O FMS FICOU DEVENDO AO INSTITUTO DA PREVIDÊNCIA E DE R\$ 52.490,50	Recolhimentos Janeiro R\$ 0,00 fevereiro R\$ 54.200,90 Março R\$ 60.915,91 Abril R\$ 55.502,49 Maio R\$ 55.003,99 Junho R\$ 55.949,45 Julho R\$ 55.959,54 Agosto R\$ 53.139,31 Setembro R\$ 58.325,13 Outubro R\$ 51.069,13 Novembro R\$ 51.226,14 Dezembro R\$ 55.284,15
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registros contábeis compatibilidade com inventário.	ENVIADO PARA CONTROLADORIA PELO ALMOXARIFADO E CONTABILIDADE Relatório com saldo anterior, entradas, saídas e saldo final por elemento de despesa dos Bens de estoque em Almoxnafado; Relatório detalhado por bem/produto dos Bens de estoque em Almoxnafado; Relatório com saldo anterior, entradas, saídas e saldo final por elemento de despesa dos Bens Móveis; Relatório detalhado por bem/produto dos Bens Móveis; Relatório com saldo anterior, entradas, saídas e saldo final por elemento de despesa dos Bens Imóveis; Relatório detalhado por bem/produto dos Bens Imóveis	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	-BENS IMOVEIS 3.374.815,13 SALDO ANTERIOR 3.374.815,13 -MOVEIS SALDO ANTERIOR 1.998.914,00 SALDO FECHAMENTO 1.982.034,00 -DEPRECIACÃO SALDO ANTERIOR 416.560,80 SALDO FECHAMENTO 261.984,64 -NÃO HÁ BENS INTANGIVEIS ALMOXARIFADO MAT. CONSUMO SALDO ANTERIOR 0,00 SALDO FECHAMENTO 0,00	BENS IMOVEIS 3.374.815,13 SALDO ANTERIOR 3.374.815,13 -MOVEIS SALDO ANTERIOR 1.998.914,00 SALDO FECHAMENTO 1.982.034,00 -DEPRECIACÃO SALDO ANTERIOR 416.560,80 SALDO FECHAMENTO 261.984,64 -NÃO HÁ BENS INTANGIVEIS ALMOXARIFADO MAT. CONSUMO SALDO ANTERIOR 0,00 SALDO FECHAMENTO 0,00
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Extratos Bancários de janeiro a dezembro de 2018, conta fundo municipal de saúde Fornecido pela SEFA	LC101/2000, art. 43c/c 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	BANCO DO BRASIL 35382-5 Banco Banestes S/A Conta 20.795.902	BANCO DO BRASIL SALDOS Janeiro R\$ 344.832,08 fevereiro R\$ 340.147,47 Março R\$ 377.269,95 Abril R\$ 355.245,16 Maio R\$ 356.510,74 Junho R\$ 395.149,10 Julho R\$ 1.309.655,67 Agosto R\$ 1.171.721,87 Setembro R\$ 1.079.763,19 Outubro R\$ 1.056.100,18 Novembro R\$ 983.814,51



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL



						Dezembro R\$ 1.130.402,75 BANCO DO BANESTES Janeiro R\$ 35.521,06 fevereiro R\$ 20.510,42 Março R\$ 32.380,57 Abril R\$ 5.776,81 Maio R\$ 25.232,37 Junho R\$ 11.850,16 Julho R\$ 7.717,69 Agosto R\$ 4.132,27 Setembro R\$ 30.673,35 Outubro R\$ 1.285,77 Novembro R\$ 183.287,98 Dezembro R\$ 10.585,88
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Extratos Bancários de janeiro a dezembro de 2018, conta fundo municipal de saúde Fomecido pela SEFA Relatório da contabilidade	Lei 4.320/1964 arts. 94 e 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	BANCO DO BRASIL 35382-5 Banco Banestes S/A Conta 20.795.902	BANCO DO BRASIL SALDOS Janeiro R\$ 344.832,08 fevereiro R\$ 340.147,47 Março R\$ 377.269,95 Abril R\$ 355.245,16 Maio R\$ 356.510,74 Junho R\$ 395.149,10 Julho R\$ 1.309.655,67 Agosto R\$ 1.171.721,87 Setembro R\$ 1.079.763,19 Outubro R\$ 1.056.100,18 Novembro R\$ 983.814,51 Dezembro R\$ 1.130.402,75 BANCO DO BANESTES Janeiro R\$ 35.521,06 fevereiro R\$ 20.510,42 Março R\$ 32.380,57 Abril R\$ 5.776,81 Maio R\$ 25.232,37 Junho R\$ 11.850,16 Julho R\$ 7.717,69 Agosto R\$ 4.132,27 Setembro R\$ 30.673,35 Outubro R\$ 1.285,77 Novembro R\$ 183.287,98 Dezembro R\$ 10.585,88
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	PCA, ENVIADA AO CONTROLE INTERNO NA DATA 27/02/2019.	Decreto nº 6.184/2014 e IN SCI nº 003/2014	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA, e seus arquivos.	PCA, e seus arquivos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL



2.4.3	Dívida pública originalmente superior ao limite de redução do valor excedente	PCA ENVIADO PARA O CONTROLE BALANÇO-DIVIDAS FUNDADO.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar-se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	PCA ENVIADO PARA O CONTROLE, BALANÇO-DIVIDAS FUNDADO. O FMS NÃO TEM DÍVIDA FUNDADO	PCA ENVIADO PARA O CONTROLE BALANÇO-DIVIDAS FUNDADO. O FMS NÃO TEM DÍVIDA FUNDADO
2.5.7	Servidores cedidos	CEDIDO: DECRETO 7.454/2017 LOCALIZADOS PORTARIA Nº 15.925/2019 PORTARIA Nº 16.388/2019	CF/88, art. 40, LRF, art. 69, Lei 9717/1998 art. 1º, ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é identificado ou formalmente ou parte do contrato/termo de cessão de servidores.	CEDIDO: DECRETO 7.454/2017 Processo nº 4616/17 Nº 0853/2019 LOCALIZADOS PORTARIA Nº 15.925/2019 PORTARIA Nº 16.388/2019	CEDIDO: DECRETO 7.454/2017 Processo nº 4616/17 Nº 0853/2019 LOCALIZADOS PORTARIA Nº 15.925/2019 PORTARIA Nº 16.388/2019
2.5.22	Contabilização da amortização Do déficit atuarial	Relatório de Controle das Contribuições Previdenciárias de Janeiro a dezembro de 2019, FONTE ÁGUA BRANCA PREV.	MCASP E PORTARIA MPS 403/2008, ART. 17	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela unidade gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Soma total dos meses DE JANEIRO A NOVEMBRO R\$ 606.576,14 A CONTRIBUIÇÃO DO MÊS DE DEZEMBRO NÃO FOI RECOLHIDA E O VALOR QUE O FMS FICOU DEVENDO AO INSTITUTO DA PREVIDÊNCIA E DE R\$ 52.490,50	Recolhimentos Janeiro R\$ 0,00 fevereiro R\$ 54.200,90 Março R\$ 60.915,91 Abril R\$ 55.502,49 Maio R\$ 55.003,99 Junho R\$ 55.949,45 Julho R\$ 55.959,54 Agosto R\$ 53.139,31 Setembro R\$ 58.325,13 Outubro R\$ 51.069,13 Novembro R\$ 51.226,14 Dezembro R\$ 55.284,15
2.5.26	Censo Atuarial COLOCAR NO RRPS	REAValiação ATUARIAL 2019 - ÁGUA BRANCA PREV - ES Nº 1.328/2019 RESPONSÁVEL: IGOR FRANÇA GARCIA, MIBA/RJ 1.659. https://www.prefeitura.de.aguiabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190312090429-reavaliacao-atuarial-2019-	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada	REAValiação ATUARIAL 2019 - ÁGUA BRANCA PREV - ES Nº 1.328/2019 RESPONSÁVEL: IGOR FRANÇA GARCIA, MIBA/RJ 1.659. https://www.prefeitura.de.aguiabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190312090429-reavaliacao-atuarial-2019-	REAValiação ATUARIAL 2019 - ÁGUA BRANCA PREV - ES Nº 1.328/2019 RESPONSÁVEL: IGOR FRANÇA GARCIA, MIBA/RJ 1.659. https://www.prefeitura.de.aguiabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190312090429-reavaliacao-atuarial-2019-



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL



		reavaliacao-atuarial-2019-aguia-branca-prev-es.pdf REAVALIAÇÃO ATUARIAL 2019 - ÁGUA BRANCA PREV - ES Nº1.329/2019 RESPONSÁVEL: IGOR FRANÇA GARCIA, MIBA/RJ 1.659. https://www.prefeituraequiabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190312090649-reavaliacao-beneficios-tesouro-2019-aguia-branca-es.pdf LEI Nº 1.523/2019			aguia-branca-prev-es.pdf REAVALIAÇÃO ATUARIAL 2019 - ÁGUA BRANCA PREV - ES Nº1.329/2019 RESPONSÁVEL: IGOR FRANÇA GARCIA, MIBA/RJ 1.659. https://www.prefeituraequiabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190312090649-reavaliacao-beneficios-tesouro-2019-aguia-branca-es.pdf LEI Nº 1.523/2019	atuarial-2019-aguia-branca-prev-es.pdf REAVALIAÇÃO ATUARIAL 2019 - ÁGUA BRANCA PREV - ES Nº1.329/2019 RESPONSÁVEL: IGOR FRANÇA GARCIA, MIBA/RJ 1.659. https://www.prefeituraequiabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190312090649-reavaliacao-beneficios-tesouro-2019-aguia-branca-es.pdf LEI Nº 1.523/2019
2.5.37	Registros de Admissões	Não houve concurso público para provimentos de vagas no cargo efetivo em 2019 na saúde	Cf/88, art. 71, III e INC n° 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE	Não houve concurso público para provimentos de vagas no cargo efetivo em 2019	Não houve concurso público para provimentos de vagas no cargo efetivo em 2019
2.6.3	Pessoal contratação por tempo determinado	LEI Nº 1433/2018 LEI Nº 1436/2018 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DECRETO 8180/2018 DECRETO 8179/2018	CRFB/88 art. 37, inciso IX	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	LEI Nº 1433/2018 LEI Nº 1436/2018 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DECRETO 8180/2018 DECRETO 8179/2018	LEI Nº 1433/2018 LEI Nº 1436/2018 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DECRETO 8180/2018 DECRETO 8179/2018

1.2. Constatções e proposições

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL



2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Vale ressaltar, que o secretário da pasta no ano de 2019 foi o Sr. **Ronan Francisco R. Padovani**.

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **Amarildo Franskoviask** do Fundo Municipal de Saúde (*Secretaria de Saúde*), relativa ao exercício de 2019, com o objetivo:

- I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados nos itens desta manifestação, a referida prestação de contas se *encontra* **REGULAR COM RESSALVAS**, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

No tocante as razões que levaram à abstenção de opinião acerca da prestação de contas de alguns itens, são os mesmos argumentos do RELACI em anexo, bem como, a manifestação a cima como regular com ressalvas.

Águia Branca/ES, 24 de março de 2020.

HADEON FALCÃO PEREIRA
Controlador Geral do Município
Decreto nº 8.695/2020-PMAB-ES